

Resolução nº 1046/2015-CR

Dispõe sobre recurso interposto contra decisão da **Câmara de Julgamento da AGR**, referente ao **Auto de Infração nº 24/2014**, em nome da **O.S. Instituto de Gestão e Humanização - IGH**, conforme processo nº **201400029001596**.

O Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o Conselho Regulador da AGR é dotado de poderes para exercer a regulação, o controle e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação modificada pela Lei nº 17.268, de 04 de fevereiro de 2011;

Considerando o disposto no inciso VIII, do art. 11, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999 e o inciso VIII, do art. 4º, do Decreto 7.755, de 29 de outubro de 2012, que estabelecem que todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentadas pelo Conselheiro Presidente, deverão ser por ele deliberados;

**Considerando o disposto na Resolução Normativa nº 007/2013-CR, datada de 30 de outubro de 2013**, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação de penalidades às entidades sociais, organização social (OS) e/ou organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), em que o Estado seja parte, direta ou indiretamente;

**Considerando que a O.S. Instituto de Gestão e Humanização - IGH** interpôs recurso em tempo hábil, demonstrando seu inconformismo contra a decisão da **Câmara de Julgamento da AGR**, conforme **Resolução nº 2029/2014-CJ**;

Considerando as manifestações constantes do processo e o voto do relator de **fls. 93**, que passam a ser parte integrante desta decisão;

Considerando a decisão uniforme do Conselho Regulador, em reunião realizada no dia **02/06/2015**,

RESOLVE:

Art. 1º - Conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela **O.S. Instituto de Gestão e Humanização - IGH**, por não apresentar fato novo que justifique a reforma da decisão proferida, mantendo os efeitos legais do **Auto de Infração nº 24/2014**, por descumprimento da legislação vigente.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 22 dias do mês de junho de 2015.

Ridoval Darci Chiareloto  
Conselheiro Presidente

JCAC